



BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA:

uma perspectiva
a partir da realidade
paraense

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DIIESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS



Ministério do Trabalho e Emprego

Esplanada dos Ministérios, Bloco F, 5º andar, Edifício
Sede, Brasília - DF 70.059-900

Ministro do Trabalho e Emprego

Luiz Marinho

Secretaria Executiva do Ministério do Trabalho e Emprego

Francisco Macena da Silva

Secretaria de Inspeção do Trabalho

Luiz Felipe Brandão de Mello

Secretaria Nacional de Economia Popular e Solidária

Gilberto Carvalho

Secretaria de Proteção ao Trabalhador

Carlos Augusto Simões Gonçalves Junior

Secretaria de Qualificação, Emprego e Renda

Magno Rogério Carvalho Lavine

Secretaria de Relações do Trabalho

Marcos Periotto

Equipe técnica

Subsecretária de Estatísticas e Estudos do Trabalho

Paula Montagner

Coordenador Geral de Estudos e Estatísticas de Trabalho

Rafael Coletto Cardoso



Escritório Nacional: Rua Aurora, 957 - 1º andar

CEP 05001-900 São Paulo, SP

Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394

E-mail: en@dieese.org.br

www.dieese.org.br

Presidente - José Gonzaga da Cruz

Sindicato dos Comerciantes de São Paulo - SP

Vice-presidente - Maria Aparecida Faria

Sindicato dos Trabalhadores Públicos da Saúde
no Estado de São Paulo - SP

Secretário Nacional - Paulo Roberto dos Santos Pissinini Junior

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias

Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material
Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande
Curitiba - PR

Diretor Executivo - Alex Sandro Ferreira da Silva

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico
de Osasco e Região - SP

Diretora Executiva - Cecília Margarida Bernardi

Sindicato dos Empregados em Empresas de
Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas
e de Fundações Estaduais do Rio Grande do Sul - RS

Diretor Executivo - Claudionor Vieira do Nascimento

Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo - Ednilson Rossato

CNTM - Confederação Nacional dos Trabalhadores
Metalúrgicos

Diretora Executiva - Elna Maria de Barros Melo

Sindicato dos Servidores Públicos Federais
do Estado de Pernambuco - PE

Diretor Executivo - Gabriel Cesar Anselmo Soares

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
de Energia Elétrica de São Paulo - SP

Diretor Executivo - José Carlos Santos Oliveira

Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias
Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos
de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva - Marta Soares dos Santos

Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos
Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo - Paulo de Tarso Guedes

de Brito Costa

Sindicato dos Eletricistas da Bahia - BA

Diretora Executiva - Zenaide Honório

Sindicato dos Professores do Ensino Oficial
do Estado de São Paulo - SP

Direção Técnica

Adriana Marcolino - Diretora Técnica

Patrícia Pelatieri - Diretora Adjunta

Victor Gnecco Pagani - Diretor Adjunto

Eliana Elias - Diretora da Escola DIEESE

de Ciências do Trabalho

Equipe Responsável

Tiago Rangel Côrtes

Luís Edmundo Araujo

Rodrigo Fernandes Silva

Patrícia Toledo Pelatieri (coordenação e edição)

Projeto gráfico e diagramação

Julia Contreiras

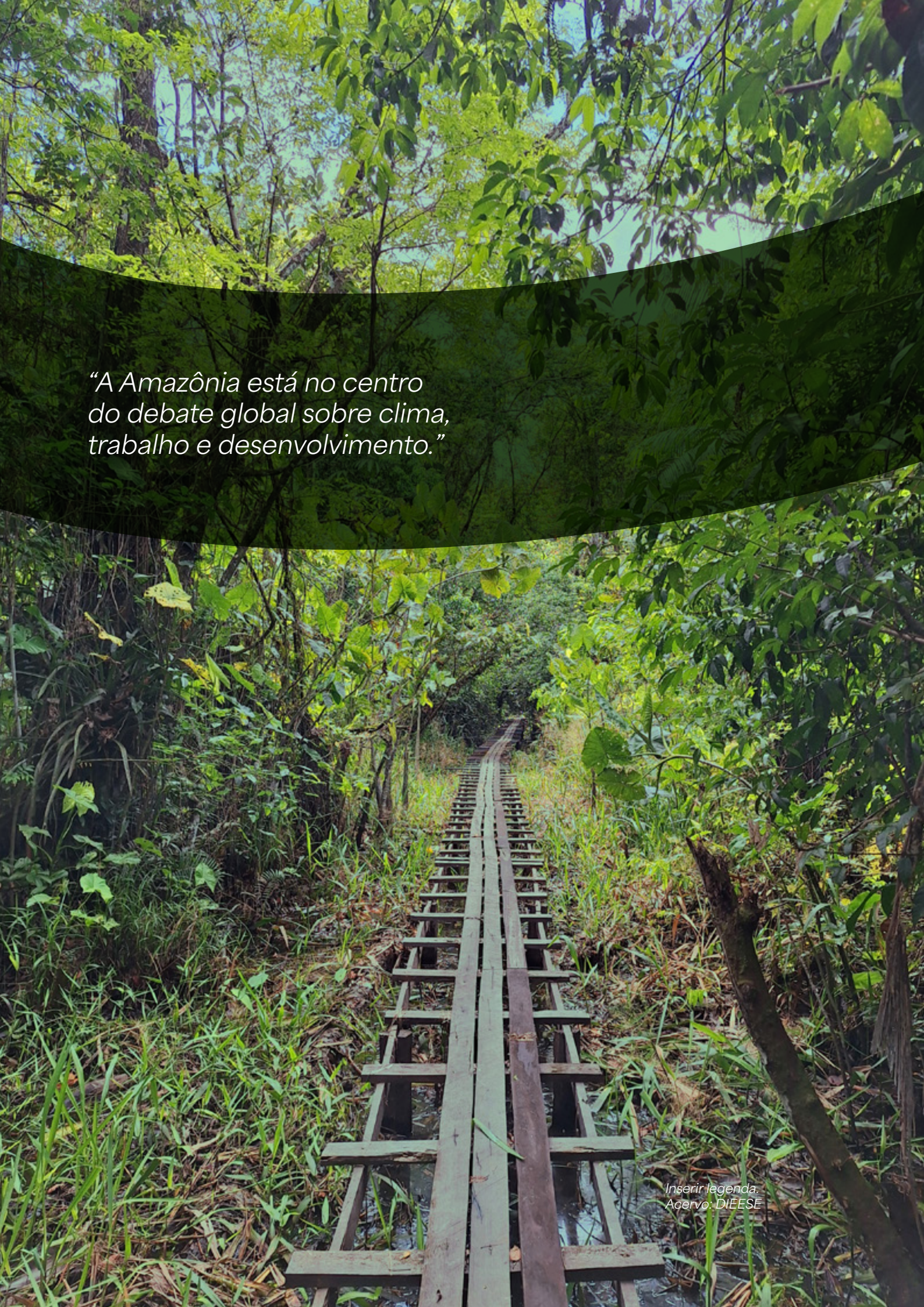
Termo de Fomento MTE nº02/2023.

Conteúdo não reflete necessariamente a posição
do Ministério do Trabalho e Emprego



SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
ASPECTOS CONCEITUAIS E DISPUTAS EM TORNO DA BIOECONOMIA	11
VOZES DA FLORESTA: VIDA, TRABALHO E RENDA NA AMAZÔNIA	15
DEMANDAS TERRITORIAIS E RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS	39



*“A Amazônia está no centro
do debate global sobre clima,
trabalho e desenvolvimento.”*

BIOECONOMIA NA AMAZÔNIA:

uma perspectiva
a partir da realidade
paraense

*Inserir legenda.
Acervo: DIEESE*

MINISTÉRIO DO
TRABALHO
E EMPREGO

GOVERNO DO
BRASIL
DO LADO DO POVO BRASILEIRO

DIEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

INTRODUÇÃO

“Pensar a bioeconomia é pensar quem trabalha e como vive quem mantém a floresta em pé.”

O tema deste estudo é vasto, e as possibilidades de abordagem, de uma variedade a perder de vista: bioeconomia na Amazônia e tudo o que pode ser enquadrado no tema e está relacionado ao trabalho e à geração de renda. Diante da emergência das mudanças climáticas, entretanto, optou-se por delimitar o estudo ao estado do Pará, sede da 30ª edição da Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP 30). Entre outros motivos, a escolha também se justifica pelo Pará concentrar a maior população da Região Norte (8.120.131 habitantes, ou 46,8% de toda a região, segundo o Censo do IBGE de 2022) e o maior Produto Interno Bruto (PIB), que, em 2021, equivalia a 46,6% do PIB total do Norte. Além disso, o Pará foi o primeiro estado a elaborar uma política pública específica para o incentivo à bioeconomia, com o lançamento, em 2022, do Plano Estadual de Bioeconomia do Pará, o PlanBio¹.

Por tratar de um tema emergente no debate contemporâneo, a proposta deste estudo é fazer uma primeira aproximação sistematizando as disputas em torno do conceito e suas diferentes abordagens, de modo a oferecer uma perspectiva abrangente para a classe trabalhadora. Nesse sentido, o estudo se organiza em duas partes: a primeira aborda as discussões em torno do tema; a segunda dedica-se à análise com base nas histórias de vida das trabalhadoras e dos trabalhadores de diferentes regiões da Amazônia paraense, em sua maioria trabalhadores informais, pagos por diárias, desprotegidos, não assalariados ou em trabalho familiar. São também quilombolas, ribeirinhos, moradores de áreas de proteção ambiental, assentamentos e terras indígenas, com modos de trabalho tradicionais.

Pelo caráter panorâmico da pesquisa exploratória apresentada neste estudo decidiu-se tratar da maior variedade possível de trabalhos e produções de pessoas que vivem nas áreas acessadas, em condições e territórios igualmente diversos. Nesse sentido, o arquipélago do Marajó foi a primeira região escolhida, por abrigar essa variedade, a começar pelas próprias diferenças entre as duas regiões que o compõem: o Campo, com a pecuária bubalina, principalmente, o queijo, muito açaí, os campos naturais, alguns alagados, as ilhas de floresta, a pesca artesanal, a farinha, a cul-

1. A Estratégia Nacional de Bioeconomia, da qual o PN-DBio faz parte, foi instituída pelo Decreto presidencial 12044, de 05 de junho de 2024. O DIEESE possui um assento na Comissão, representando os trabalhadores (https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/decreto/d12044.htm).

tura e a festa tradicional de Cachoeira do Arari; e a região da Floresta, mais distante, também com muito açaí, além da pesca, extração da madeira e das produções oriundas de suas reservas extrativistas e assentamentos.

Apesar da variedade suficiente de meios de trabalho e produção, de povos tradicionais ou não, no Marajó faltou o elemento indígena. E não haveria como abordar o universo do trabalho na complexidade da floresta amazônica sem tratar dos habitantes originários dela, de suas práticas, que influenciam quase todas as demais na região, e de suas dificuldades históricas em viver da venda das próprias produções. Considerar os indígenas como parte constituinte da massa que compõe a classe trabalhadora contemporânea, em sua complexidade e heterogeneidade, foi um desafio ao qual esse estudo se propôs.

Para o segundo campo, então, um dos dois territórios escolhidos foi o Médio Tapajós, que abrange as terras indígenas (TIs) Sawre Muybu e Sawre Ba'pim e as aldeias urbanas do Povo Munduruku, em Itaituba. O outro foi o Baixo Arapiuns, com suas belas praias, propícias ao turismo de base comunitária (TBC). As mudanças climáticas eram evidentes e cada vez mais agressivas e aparentes nos relatos de todas as pessoas entrevistadas, em todos os lugares acessados, não importando o trabalho, as produções ou a história de vida.

A emergência climática é um tema transversal tratado neste estudo. Se a crise da atualidade é o que enseja o aprofundamento da discussão de bioeconomia no Brasil e no mundo, é no cotidiano da vida dos povos das florestas e dos interlocutores da pesquisa que se pode observar os efeitos dessas alterações na vida dos trabalhadores amazônidas – efeitos ainda mais danosos quando combinados com a invasão, o desmatamento, a contaminação e outros malefícios registrados em áreas de conflito.

As lutas dos moradores dos territórios acessados, históricas e atuais, as invasões, ameaças e agressões que afetam a produção e interferem no trabalho constituem outro tema tratado neste relatório, com foco no trabalhador, em sua perspectiva sobre a labuta diária, suas formas de remuneração e seus modos de organização e regulação.

O desafio que o DIEESE se colocou foi pensar uma bioeconomia que leve em conta a complexidade da vida dessas populações, marcada por questões diversas, que podem dizer respeito a diferentes tipos de violências e desigualdades, como às relativas ao machismo ou racismo estrutural, mas também ao debate sobre acesso à terra, ao crédito e à assessoria técnica para a qualificação de suas atividades laborais, entre outros temas.

Por fim este estudo busca organizar e sistematizar as demandas territoriais em uma lista de sugestões construídas a partir do trabalho de campo, da revisão bibliográfica e do acompanhamento do debate atual.

“A bioeconomia é um conceito em disputa – entre ciência, mercado e modos de vida.”



*Inserir legenda.
Acervo: DIEESE*

ASPECTOS CONCEITUAIS E DISPUTAS EM TORNO DA BIOECONOMIA

A crise climática e o esgotamento dos recursos naturais colocam em questão o modelo de desenvolvimento vigente, impulsionando termos como transição energética, desenvolvimento sustentável e capitalismo verde. Esses conceitos expressam diferentes visões sobre como reorganizar a economia e a relação entre sociedade e natureza.

Para o DIEESE, compreender a bioeconomia exige partir da perspectiva dos trabalhadores – assalariados, agricultores familiares, povos e comunidades tradicionais, autônomos e informais –, principais afetados pelas transformações ecológicas e produtivas. O objetivo é analisar a bioeconomia como um conceito em disputa, situando suas apropriações no Brasil e na Amazônia, especialmente no Pará, sede da COP30.

O termo “bioeconomia”, criado por Nicholas Georgescu-Roegen nos anos 1970, ganhou força em políticas de países do Norte global, associadas à biotecnologia e à substituição de combustíveis fósseis, sem considerar realidades sociais e ecológicas locais. Na América Latina, a Costa Rica foi pioneira, e o Pará lançou em 2022 o Plano Estadual de Bioeconomia (PlanBio), seguido pela Estratégia Nacional (2024) e pela elaboração da Política Nacional (2025).

Segundo o WRI Brasil (2022)², há três vertentes principais:

1. Biotecnológica – centrada na inovação científica e tecnológica;
2. De biorrecursos – baseada no uso de biomassa renovável;
3. Bioecológica – orientada à conservação da biodiversidade e à justiça social, mais adequada à Amazônia.

2. WRI (2022). *Uma bioeconomia inovadora para a Amazônia: conceitos, limites e tendências para uma definição apropriada ao bioma floresta tropical*. Texto para discussão. São Paulo, Brasil: WRI Brasil. Disponível online em: <https://wribrasil.org.br/pt/publicacoes>

“Transição justa, capitalismo verde, sociobioeconomia: expressões de um mesmo conflito de visões.”

Esta última se aproxima das expressões locais de sociobioeconomia ou bioeconomia da sociobiodiversidade, que valorizam práticas comunitárias e modos de vida tradicionais. No campo acadêmico, autores como Abramovay (2022)³ defendem a bioeconomia como “economia da vida”, enquanto Marcovitch e Val (2024)⁴ a tratam como um conjunto de dimensões interdependentes.

Assim, mais do que um setor produtivo, a bioeconomia constitui um campo de disputa política e econômica, cujo sentido dependerá de quem define suas prioridades – e de como poderá articular conservação ambiental, inclusão social e trabalho decente.

A própria construção do Plano Nacional de Desenvolvimento da Bioeconomia (PNDBio)⁵ reflete esses três tipos de bioeconomias, na medida em que o desenvolvimento do plano parte da divisão temática em três campos centrais: um que gravita em torno das atividades econômicas centradas na biomassa, ou seja, o universo da geração de energia; outro, nas atividades da bioindústria e/ou biomanufatura; e, por último, o dos ecossistemas terrestres e aquáticos e sua sociobioeconomia. Cada um desses conjuntos temáticos foi tomado como ponto de partida para a estruturação do documento que foi à consulta pública entre setembro e outubro de 2025. Nesse sentido, pode-se deduzir que a política brasileira que vem sendo desenvolvida tem um caráter de concertação, de inserção dos mais variados interesses em um mesmo projeto.

3. ABRAMOVAY, RICARDO (2022). *Bioeconomia é um valor ético e não um setor econômico*. 13 de janeiro de 2022. Disponível em <https://ricardoabramovay.com/2022/01/bioeconomia-e-um-valor-etico-e-nao-um-setor-economico/>.

4. MARCOVITCH, Jacques; VAL, Adalberto Luis (orgs.). *Bioeconomia para quem?*. São Paulo: Universidade de São Paulo, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 2024. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/769595929/Bioeconomia-eBook>

5. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/ministerio-justica-declara-posse-da-terra-indigena-sawre-muybu-pa-ao-povo-munduruku>. Acesso em: 11 out. 2025.

“A sociobioeconomia propõe uma bioeconomia com rosto amazônico e voz dos territórios.”



Acervo: DIEESE

“Os povos da floresta reinventam o trabalho todos os dias, entre a tradição e a sobrevivência.”

VOZES DA FLORESTA: VIDA, TRABALHO E RENDA NA AMAZÔNIA

O CLIMA

“A gente sabe que eles, como natureza e como rio, tão pedindo socorro.”

Foi preciso que três dos quatro tripulantes da lancha da Associação Indígena Pariri (AIP) descessem e puxassem a embarcação entre as pedras, caminhando com a água nada cristalina do rio Tapajós pelas canelas, para chegar à aldeia indígena do Povo Munduruku, nos limites do município de Trairão, no início da tarde ensolarada da segunda-feira, 16 de setembro de 2024. O cacique e fundador da aldeia, aos 70 anos, não se lembrava de ter visto o rio tão seco, e ainda esperava que a situação piorasse.

“O rio não era assim antigamente, quando nós viemos pra cá. O canal bem aqui, vocês vieram por aí, isso não secava. Hoje ninguém passa carregado mais. Eu ainda tô dizendo que mês de outubro ainda vai secar e seca. Hoje a gente tá dependendo da natureza e a natureza também. A gente sabe que eles, como natureza e como rio, tão pedindo socorro. O rio é nosso freezer, né? Quer tirar um peixe, nós vamos lá buscar fresquinho. Hoje está difícil também. Pouco. E esse ano mais ainda que nós estamos sofrendo. Sequeira. Viu a sequeira e a ventania?”

Com 105 moradores, distribuídos em 16 famílias, segundo o cacique, a comunidade fica dentro da Terra Indígena (TI) Sawre Muybu, habitada pelo Povo Munduruku, que nove dias depois, viria a ter a portaria declaratória de sua demarcação assinada pelo ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, duas décadas após o início do processo⁶.

Delimitada e agora demarcada, em 168 mil hectares, nos municípios de Itaituba e Trairão, na região do Médio Tapajós, a TI Sawre Muybu vem sofrendo as consequências da exploração do garimpo e da madeira na região, além do avanço do agronegócio, principalmente o da soja.

6. Regido pelo Decreto 1.775, de 8 de janeiro de 1996, o processo de regularização de uma terra indígena tem cinco etapas, sendo a primeira a identificação e delimitação do território. Em seguida, vem a etapa da declaração. A terceira etapa é a demarcação; a quarta é a homologação, pelo presidente da República; e a quinta e última etapa é o registro, pela Fundação Nacional dos Povos Indígenas (Funai), da terra indígena na Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e nos cartórios de registros de imóveis, como terra pública de usufruto exclusivo dos povos indígenas. Disponível em: <https://www.gov.br/funai/pt-br/assuntos/noticias/2024/abril-indigena-entenda-as-etapas-de-demarcacao-de-terras-indigenas>.

Avião sobrevoa arrozal em plantação no Arquipélago do Marajó, pulverizando.
Fonte: Acervo DIEESE

Em menos de uma década, a aldeia teve sua paisagem, seu clima e os hábitos de seus animais alterados, de acordo com o relato do cacique, sob um calor escaldante que obrigou o entrevistador à mudança de lugar – de encostado na murada lateral para a mesa das refeições no centro do galpão, onde a sombra era mais antiga e era maior o vão entre o chão e o telhado. O cacique, no entanto, permaneceu encostado à lateral do galpão.

“Estamos há dez anos aqui. No passado era o paraíso aqui, mais ventilado, tudo era fácil. Hoje a gente está vivendo mais quase dentro d’água que nem o peixe, mas nem nós não estamos se dando mais no rio também. Já estamos vendo o rio muito quente. E o vento também da natureza não está melhor, já está adoecendo a gente. Não é só nós, não, os animais da natureza também tão precisando de água. Não tem mais água nos igarapés, secaram tudo. No rio, a gente tá vendo esses porcos aí na praia, porcão, que a gente come, faz pena, bicho todo branco, cinzento, e não tem a chuva pra banhar ele”.

Cerca de três meses antes, na região do Campo do Marajó, município de Cachoeira do Arari, um pequeno pecuarista de 57 anos revelou que o sofrimento das caças com o calor notado pelo cacique, no Médio Tapajós, atingiu no Marajó também as crias.

“Verão passado morreu tanto boi, mas tanto boi que teve pequeno criador que, ano passado, quase zerou. Todo mundo teve prejuízo. Tinha tanto boi morto que você atravessava um igarapé de um lado pro outro, sem mentira nenhuma, nas costas de bicho morto, outro quase morrendo. Pra não afundar na lama você pisava nas costas, passava para o outro lado de tanto que tinha, porque secou tudo, tudo mesmo”.

Pedral do Rio Jamanxim no acesso a aldeia munduruku, município de Trairão - PA. Destaque a névoa de fumaça ao fundo, evidenciando o ar denso pelas queimadas. Acervo: DIEESE



Acervo: DIEESE

AS LUTAS

“Corre o risco de tomarem o material de pesca da gente, de levar um tiro.”

Nessa mesma região de Cachoeira do Arari, a interminável plantação de arroz, avistada da rodovia estadual PA 154, a partir da saída da cidade, com a floresta muito distante, no horizonte, é, atualmente, o exemplo mais contundente dos conflitos que atingem não só a capacidade de produção das populações dos territórios, mas também, e de forma cada vez mais acelerada e evidente, o meio ambiente.

Saído da Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, um produtor de arroz comprou muitas terras na região, ocupando fazendas tradicionais e decadentes, no embalo da alta no preço dos grãos, em um cenário de valorização do agronegócio e das *commodities* transacionadas em mercados globais. Para dar mais espaço à plantação de arroz desse produtor, que margeia a PA 154, foram derrubadas as chamadas *ilhas de floresta*, que garantiam a vida de muitas espécies e a sombra do gado nos campos antes naturais, tudo em poucos dias de trabalho, pelo bárbaro método do correntão: um trator em cada ponta de uma corrente gigantesca que arrasta e mata tudo ao passar. Em junho de 2024, a plantação de arroz ocupava parte considerável do trajeto até os locais acessados na zona rural de Cachoeira do Arari, e, em quase todas as passagens pela estrada, um avião - ou um drone, dos grandes - sobrevoava pra lá e pra cá, pulverizando a plantação.

Na comunidade quilombola acessada na região, o arrozal é diretamente relacionado, pelos moradores, ao sumiço do camarão. *“O arrozeiro, quando coloca o veneno lá pra produzir o arroz dele, esse veneno volta pro rio, a água vem pra cá. A gente tinha uma safra de camarão abril e maio aqui, era grande a quantidade de camarão. Hoje não temos mais. O nosso peixe está diminuindo, tudo em função desse agrotóxico que é jogado e volta para o rio”*, contou um dos moradores, de 27 anos, em roda de conversa que reuniu sete representantes da comunidade quilombola, no dia 21 de junho.

Pelo menos três desses representantes, presidentes ou ex-presidentes da associação local, já haviam sido ameaçados de morte em conflitos passados, pela posse de terra, com fazendeiros que chegaram a incendiar casas da comunidade quilombola. Conflitos esses que, no bairro do Choque – um dos bolsões de pobreza na zona urbana de Cachoeira do Arari, onde a grande maioria dos moradores vive da pesca artesanal –, têm limitado o raio de atuação desses trabalhadores. Para garantir a água ao gado, fazendeiros da região têm represado o rio, o que reduz cada vez mais a produção dos pescadores, contava, no dia 18 de junho, um desses pescadores, de 53 anos, morador do bairro do Choque desde os 14.

“Quase a maioria da área tá proibida. A gente corre o risco de tomarem o material de pesca da gente, de levar um tiro. É o vigia que o fazendeiro coloca. Tem um lugar aqui pertinho que todo mundo pescava, nunca foi proibido. Agora não pode pescar lá mais, do ano passado pra cá já não podemos mais”.

No sábado, 14 de setembro, a primeira das aldeias do Povo Munduruku acessadas foi também a mais distante, alcançada após três horas subindo o rio Tapajós, a partir da localidade conhecida como Buburé, que fica a 80 quilômetros do centro de Itaituba, percorridos pela pista de terra e poeira da Transamazônica (BR-230) naquele trecho. Considerada a capital do ouro clandestino no país, Itaituba passou a integrar também o corredor logístico do agronegócio, com o porto de Miritituba – distrito da cidade, do outro lado do Tapajós –, de onde são embarcados, até Santarém, e dali seguem em navios para o mundo, a soja e outros grãos trazidos por caminhões da região Centro-Oeste.



Margem do rio na região do Médio Tapajós, na área da TI Sawre Muybu: ‘arrotos’ criados pela mineração – tipo de bancos de areia que se depositam em partes do rio (setembro de 2024)
Fonte: Acervo DIEESE

Feita a conversa na primeira comunidade acessada, o destino seguinte foi a aldeia mais próxima, descendo o rio, liderada por uma mulher, a cacica, que cedeu o galpão de sua casa para o primeiro pernoite da equipe do DIEESE. À noite, no galpão, com boa parte da comunidade reunida, a cacica – de 68 anos presumíveis, segundo sua tradutora e filha, de 40 –, que herdara o comando da aldeia após a morte do marido, contou sobre invasões, recentes e antigas. Ela falava de pé, em sua língua, com todo um gestual e barulhos de tiro, motores, motosserras e árvores caindo, que acompanhavam a narrativa. Entremeando sua fala em munduruku, a cacica usava algumas palavras em português, como madeira, madeireiro e garimpo.

“Ela tá falando que quando ela veio pra cá não era assim, muito, só que já tinha garimpo. O garimpo já vem há muito tempo. Agora, madeirei-

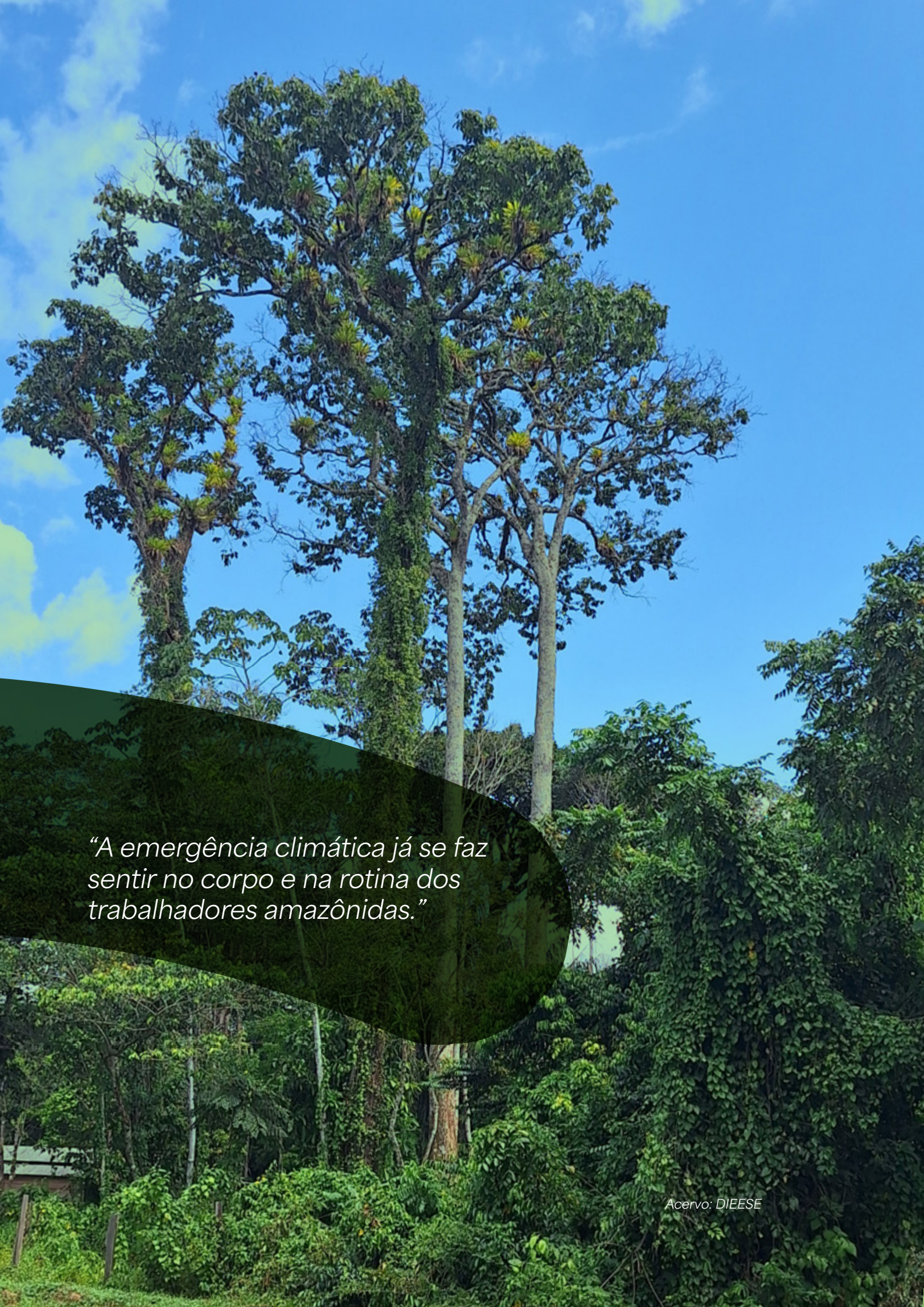
ro, essas coisas, já foi esses tempos atrás aí. Como ela falou, o marido dela, sempre de noite ele escutava os madeireiros pra cá, aqui pra trás, tirando madeira com motosserra. Escutava o carro, que ela falou, as voadas de carro que escutava aqui pra trás. É isso que ela falou”, traduziu a filha.

TRABALHOS, PRODUTOS E SERVIÇOS

Em meio a todas as invasões, agressões, dificuldades e ameaças, há produção, trabalho e potencial de geração de renda nas áreas acessadas, levando em conta a preservação do meio ambiente e a qualidade de vida das populações dos territórios. Nesse sentido, a divisão de atividades aqui proposta seguiu o objetivo deste estudo, de buscar uma visão panorâmica e o mais variada possível das produções e dos trabalhos que coexistem de forma não destrutiva com a floresta amazônica, sempre do ponto de vista da classe trabalhadora que, nesse caso, engloba a população dos territórios, seja ela indígena, ribeirinha, extrativista ou quilombola. São, em sua maioria trabalhadores não formalizados, com assalariamento por diárias e o incremento, nos últimos anos, do número de trabalhadores por conta própria, sobretudo extrativistas, que vêm apresentando uma trajetória cada vez mais próxima dos debates atuais sobre empreendedorismo. Esse trabalhador, patrão de si mesmo, empreendedor, insere-se em uma sociedade cada vez mais adepta da teologia da prosperidade, crença fortemente alimentada pelas religiões neopentecostais, que se multiplicam nas mais distantes comunidades ribeirinhas visitadas.

Da abundância do açaí à tentativa solitária de uma produção mais diversa, em harmonia com a floresta. Da excelência do queijo às dificuldades dos pequenos pecuaristas, cada vez mais espremidos pelo agromercado. Do sucesso de uma experiência coletiva na produção de farinha à tentativa de implementar e desenvolver a extração de madeira planejada em meio à desproteção e à falta de regras da maioria em torno de madeiras ilegais. Mais a pesca, em alto-mar ou nos igarapés, e a piscicultura. Tudo isso foi observado no Marajó, enquanto, no Médio Tapajós, onde o garimpo do ouro domina e avança, e onde a logística da soja e outros grãos pressiona, tudo é muito mais difícil.

No Baixo Arapiuns, nas três comunidades acessadas, a principal atividade econômica é o turismo de base comunitária, coletivo, agregado ao artesanato e às demais produções das comunidades visitadas. Já no Marajó, o turismo tem data específica, no caso, a das festas tradicionais, como a de São Sebastião, que movimenta a economia de Cachoeira do Arari, mas só por dez dias, em janeiro.



“A emergência climática já se faz sentir no corpo e na rotina dos trabalhadores amazônidas.”

Acervo: DIEESE

MADEIRA

“Esse carbono vai ficar aprisionado ali de uma melhor forma. O manejo é isso.”

Primeira riqueza da terra brasileira a ser explorada, desde a chegada dos portugueses, a madeira é abordada neste relatório na perspectiva do projeto de manejo madeireiro da Resex Arióca Pruanã, no município de Oeiras, no Marajó.

Seguindo regras rígidas de segurança no trabalho e de preservação do meio ambiente, conforme argumentava o responsável, o projeto visa à geração de renda planejada, sem agressões desnecessárias ao meio ambiente. Atua, portanto, de maneira oposta ao histórico do negócio que, nesta região de Floresta do arquipélago, remonta aos anos 1950. Naquele tempo, a derrubada não tinha limites nem qualquer preocupação com o futuro, e o trabalho apresentava alto risco de acidentes e era totalmente desprotegido, como continua a ocorrer no Marajó e nas outras duas regiões acessadas neste campo: o Baixo Arapiuns e o Médio Tapajós.

Além do histórico da atuação das madeireiras e da chegada de gente estranha ao território, querendo tomá-lo e, para isso, mentindo e enganando, havia outro motivo para a desconfiança do coordenador do manejo madeireiro da Resex Arióca Pruanã na primeira abordagem da equipe do DIEESE. Ele já estava calejado, também, pela impressão que podia causar o pátio, com alguma madeira derrubada acumulada aqui e ali, entre o galpão principal das oficinas e aquele menor, com a cozinha e o chão de terra batida protegidos do sol pelo telhado, onde se deu a conversa com dois coordenadores do manejo, a presidente da associação-mãe da Resex, um ex-presidente e a guia da equipe em Curralinho, ao som dos japus da castanheira ao lado.

“Não estão olhando daqui para lá, estão olhando de lá para cá. ‘Ah, não derruba árvore’, então hoje, porque o cara vê tirando uma tora de madeira: ‘ai, derrubaram a árvore’. Chega lá numa loja, o que é que ele vai comprar para a casa dele, porque ele é contra a destruição da natureza? Ele vai comprar uma cadeira de plástico, uma de ferro, só que essa mesma árvore que foi derrubada para fazer um móvel para ele, daqui com 10, 15 anos, já vai dar outro móvel. Agora pega o plástico que vai usar um, dois anos, já quebrou a cadeira de plástico. Pega ela e vê se transforma em petróleo de novo? Pega o ferro que enferrujou ali, vê se ele vai voltar pra mina lá de onde ele foi tirado. Chega um momento em que a árvore não cresce mais, Então, no caso, a gente está tirando um indivíduo que já está fora de operação, que já está sequestrando pouco carbono ali, vai trans-

formar ele em um móvel. De qualquer forma, ele vai durar mais, esse carbono vai ficar aprisionado ali de uma melhor forma. Então o manejo é isso. Você tira uma árvore aqui, abre uma clareira e volta lá no ano que vem. O mato já tá mais alto e gerou muita espécie, muitos indivíduos da mesma espécie que estão ali e que vão crescer, vão sequestrar o carbono, vão puxar o carbono pra cá de volta, e se deixar esse indivíduo cair lá na floresta, por dois, três anos ele já liberou todo o carbono dele, vai apodrecer”.

PECUÁRIA

“Tem animal que passa cinco, seis anos para te ver de novo.”

Berço da criação de gado no Brasil, o Marajó, na região do Campo, continua a ter na pecuária um dos principais alicerces de sua economia, apesar do avanço das monoculturas que em Cachoeira do Arari é representado, nítida e extensamente, pelo arrozal cada vez tomando mais pasto das fazendas. Ainda há muita terra no município, porém, nas mãos de grandes criadores de gado, de búfalo, principalmente. Três dos cinco municípios com os maiores rebanhos de búfalo do Brasil estão no Marajó, de acordo com a Pesquisa Pecuária Municipal de 2023, realizada pelo IBGE. Chaves e Soure são os dois primeiros, com 237 mil e 105 mil cabeças, respectivamente. Cachoeira do Arari, com 55,8 mil cabeças, tem o quinto maior rebanho de búfalos do país⁷. Um rebanho criado à moda antiga, pela pecuária extensiva, em grandes fazendas que até possuem funcionários formalizados – mas poucos: seis ou sete, no máximo, mesmo nas maiores propriedades –, que costumam ganhar um salário mínimo.

O trabalho da pecuária acessado neste campo foi o familiar, do pequeno produtor, aquele que não tem funcionário fixo e trabalha junto com os ajudantes eventuais que contrata, remunerando sempre por diárias. Assim como os pequenos pecuaristas, os grandes fazendeiros também contratam pagando diárias quando precisam de reforço para ferrar ou vacinar o gado. Outro momento de contratação dessa pecuária familiar dá-se quando o produtor está investindo na melhoria da produção – na plantação de capim, por exemplo, como um dos entrevistados em Cachoeira do Arari. Em junho de 2024, a diária que esse produtor, e outros da região em situação semelhante, pagava era de R\$ 70, além da comida do dia trabalhado, para uma jornada geralmente de 10 horas, com intervalo de uma ou duas para almoço.

Todo esse investimento era para tentar se livrar das chamadas “áreas de ninguém”, que são os pastos dos grandes fazendeiros, que alugam parte de suas terras para os produtores menores, como esse pequeno pe-

7. Disponível em: <https://noticiamarajo.com.br/marajo-2/marajo-tem-3-cidades-entres-as-5-maiores-criadoras-de-bufalo-no-brasil-2-estao-no-topo-do-ranking/>

cuarista ouvido na zona rural de Cachoeira do Arari, no dia 18 de junho. Proprietário de 17 hectares de terra, ele tinha, como praticamente todos os outros produtores do porte dele na região, que recorrer às terras dos grandes fazendeiros para alimentar a sua criação de cerca de 80 cabeças.

“Só o (boi) branco que fica e os cavalos. Búfalo vai quase tudo, bem pouco que fica. Tem umas três vacas de cria que ficaram aí, só, e mais dois solteiros. É um ano sem ver, praticamente, porque eu entrego aqui em janeiro e às vezes vou receber ele no finzinho de dezembro. Quando chega o verão, ninguém se responsabiliza por ninguém. Se você tem 50 cabeças, chega a voltar com 30, porque 20 morrem; e tem gado que não morreu, mas também ainda não me devolveram, aí passou para outras fazendas, que o gado foge mesmo em busca de alimentação, e custa recuperar. Tem uns que recuperam, tem outros que não. Tem animal que passa cinco, seis anos para te ver de novo e já vem com uma família até grande, quando outro pessoal nem pega logo para ferrar para eles. Ainda tem isso, eles pegam e dizem que é para pagar o pasto daquele que está comendo, então os filhotes vão ficando pra fazenda na qual estão se alimentando”.

QUEIJO

“A renda do pequeno é o queijo, porque o queijo é muito valorizado.”

No fim do dia das conversas com os dois pequenos pecuaristas de Cachoeira do Arari, quando o sol já tinha descido e o céu exibia faixas cor-de-rosa no horizonte da planície, com a vegetação esparsa típica do Campo do Marajó, onde o arrozal não havia chegado, na mesma região das terras dos produtores entrevistados, veio, finalmente, a oportunidade de provar, pela primeira vez na vida, o principal motivo de toda a produção de leite local: o queijo de búfala do Marajó, registrado, com indicação geográfica reconhecida. Se os grandes pecuaristas investem no gado de corte, os pequenos vivem do gado leiteiro, justamente para atender à demanda da produção de queijo.

“O pequeno não tem como estar vendendo animais todo o tempo, então a renda do pequeno é o queijo, porque o queijo é muito valorizado, aquilo diariamente está pingando alguma coisa para ele”, disse uma pesquisadora da Embrapa, entrevistada por vídeo, o que o chefe da Emater em Cachoeira do Arari, na manhã do mesmo dia 18 de junho – a da conversa com os pequenos pecuaristas e da prova do queijo –, confirmara. *“O preço do leite aqui é em torno de R\$ 4,20 a R\$ 4,50 o litro. Mercado de leite aqui é excelente, porque o queijo de Cachoeira é um dos queijos de*

melhor qualidade na região. Esse queijo, onde ele chega, ele arrebenta, é um queijo muito saboroso”.

A textura, o sabor e a sensação de mastigar o queijo de búfala do Marajó foram, de fato, condizentes, ou até superiores, a todas as expectativas. Servido logo depois de pronto, pelo único produtor das redondezas com o selo da Indicação Geográfica do Inpi⁸, o queijo tinha também a seu favor a temperatura de feito na hora; mas, degustado mais tarde, à noite, depois de um tempo na geladeira, permanecia tão saboroso quanto. Na varanda de sua casa, ao lado da picape 4x4 nova, estacionada, o produtor – que começara, junto com a esposa, vendendo o queijo de bicicleta, depois de moto, e foi evoluindo aos poucos, contava que, além de uma média anual de 300 cabeças de porco, tinha 40 búfalas, o que lhe garantia cerca de 40% do leite necessário à sua produção.

Bem-sucedido, dono de terras e gado, ele continua, no entanto, na mesma rotina diária de trabalho, dedicada à fabricação artesanal de seu produto, que o obriga a iniciar a jornada entre 21h e 22h, estendendo-se até 3h ou 4h, quando pode dormir, mas só até as 6h. É esse o tempo necessário para a fabricação do queijo de búfala do Marajó, não necessariamente atravessando a madrugada, mas sempre a postos, atento ao ponto e ao tempo de coalhar, desnatar e salgar, entre outros procedimentos. Esse produtor entrevistado é uma exceção entre os demais fabricantes locais, quase todos informais e com produções sazonais, inseridas no contexto da região, onde o trabalho é regido pela natureza, a cada tempo uma atividade diferente, o que também contribui para a informalidade na produção do queijo.

FARINHA

“A gente planta maniva, faz farinha só para o nosso consumo mesmo, não vende.”

A paisagem já havia saído da monotonia desmatada do arrozal para as vastas planícies alagadas típicas do Campo, no Marajó, com suas ilhas de floresta, na chegada à primeira das duas casas de farinha do coletivo de trabalhadores entrevistado na manhã de 21 de junho. O coletivo, que já tivera 25 integrantes e estava com 13, tinha clientela garantida para toda a sua produção, e sem sair da região, como já havia informado, na antevéspera, o secretário de Agricultura e Abastecimento de Cachoeira do Arari.

“Os comércios locais, pela região, já pagam antes. Ele vende antes de ter a farinha. O cara compra assim porque sabe que, entre uma farinha que vem de Belém e a farinha nossa, que é produzida aqui, que chamam de farinha fresca, a qualidade nossa é maior.”

8. <https://www.gov.br/inpi/pt-br/servicos/indicacoes-geograficas/arquivos/fichas-tecnicas-de-indicacoes-geograficas/Maraj.pdf>



Acervo: DIEESE

A qualidade da farinha da primeira aldeia Munduruku acessada, em setembro, no Médio Tapajós, nos limites de Itaituba, também foi garantida pelo cacique. *“A farinha que a gente faz não tem mistura. A farinha do branco na feira é bonita porque tem mistura. A nossa, não, a nossa é pura mesmo”.*

Apesar disso, e mesmo com o apoio da Associação Indígena Pariri (AIP), que havia garantido o aparelhamento da casa de farinha da comunidade, que tinha dois fornos circulares, bem acabados, com bandejões de aço e mais o resto do equipamento necessário, os indígenas não conseguiam vender sua produção. Toda a farinha era consumida pelos moradores da aldeia, por falta de mercado consumidor na região, de onde o produto nunca saía.

“A gente planta maniva, faz farinha só para o nosso consumo mesmo, não vende. O garimpeiro só compra uma lata, duas latas, mas pra vender muito a gente não faz. Tem ribeirão aqui, às vezes a gente oferece a farinha pra trocar também, pra vender, às vezes eles nem compram, por isso a gente não tem essa maior produção, não tem apoio.”

Com clientela garantida, o coletivo da comunidade acessada no Campo do Marajó fazia a diferença em relação a quem trabalhava sozinho, sobretudo no roçado. Um dos integrantes do coletivo fez sua comparação. *“Pra fazer um roçado do tamanho que nós fazemos, ele vai passar, só, de duas a três semanas. E hoje em dia esses 13 vão fazer num dia dois roçados do tamanho que ele passa duas, três semanas pra fazer.”* Nesse coletivo, os trabalhadores saem para roçar em mutirão por volta das 7h, todos de bota e calça comprida, para evitar as mordidas de cobra, o acidente mais comum. A jornada vai até cerca das 17h, com duas paradas para alimentação, uma de manhã, mais curta, e outra para o almoço, mais longa por conta do sol forte, geralmente das 11h ou 11h30 às 14h.

Desde o preparo da roça, passando pelo plantio e, depois, pela colheita da mandioca, para que ela seja ralada e torrada, é duro e demorado o trabalho da produção da farinha, um trabalho com jornadas diversas, que pode ser mais efetivo, como foi mostrado na comunidade visitada no Marajó, quando exercido de modo coletivo. Nas comunidades indígenas do Médio Tapajós, onde a maior parte da jornada de trabalho de todos envolve a farinha, mesmo que cada família tenha sua própria roça, o trabalho coletivo também é realizado em mutirões de roçado, plantio e de construções, como a da casa da farinha. Na comunidade acessada na Terra Indígena (TI) Sawre Ba’pim, próxima à Transamazônica e com acesso terrestre a partir de Itaituba, pela rodovia, todos os moradores se mudam juntos, durante um mês, para outro terreno, a cerca de três horas de viagem, na busca por mais espaço e por uma terra mais produtiva para cultivar a maniva.

PERMACULTURA

“É plantar todo tipo de frutas, de árvores, tudo que alimenta.”

A mata era fechada, perfurada aqui e ali por fachos de sol que, na trilha estreita, por volta das 9h, cobriam bem menos espaço que a sombra e remetiam a poças de lama ou de água, no sentido de serem ultrapassados como obstáculos – quanto menos sol melhor, depois de oito a dez minutos andando desde a margem do Pracuúba Grande. Comparado às sinfonias do amanhecer e do anoitecer, o barulho da floresta àquela hora era quase silêncio, um ciclar ao longe, talvez de insetos, provavelmente também de pássaros, que não suplantava o som dos próprios passos sobre a folhagem seca que cobria a trilha. Ao fim de 18 ou 19 minutos de caminhada, surgiu o sítio onde o ex-dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Sebastião da Boa Vista trabalhava praticamente sozinho.

“Permacultura significa agricultura permanente. Cultiva e trabalha. Fizeram isso porque viram que a alimentação é falsa. O projeto é plantar todo tipo de frutas, de árvores, tudo que alimenta. É a chamada alimentação saudável”, disse ele, resumindo da sua forma a ciência socioambiental que congrega saberes científicos e populares para o planejamento de territórios autossustentáveis, com produções variadas e em harmonia com o ambiente, exatamente o que ele colocava em prática na terra herdada do pai, cearense que foi para a Amazônia nos anos 1930, no ciclo da borracha.

Trabalhar no cultivo das espécies comestíveis mais variadas possíveis é, para os indígenas, um modo de vida. Exemplo disso foi a migração de plantas e árvores relatada pelo cacique da primeira aldeia acessada,

que saiu do Alto para o Médio Tapajós com a família, levando mudas e sementes de manga, murici, ingá, laranja, entre outras. *“Todas as plantas aqui a gente trouxe da aldeia. Aqui não tinha nada, só coqueiro babaçu e mato.”*

O trabalho desse plantio diferenciado se esconde na rotina de cuidar da casa, e não é diferente na comunidade quilombola do Campo do Marajó, onde o que gera a renda é a pesca e, mais que tudo, o açaí. A grande variedade de cultivos para subsistência, por não ser vendida e por ser plantada no dia-a-dia, bem perto de casa, acaba não sendo contabilizada como renda, ainda que a economia de não precisar comprar alimentos seja também, indiretamente, geração de renda, como disse uma das lideranças da comunidade.

“No meu sítio eu tenho uma variedade, um pouquinho de cada coisa, cacau, limão, pupunha. Tudo isso agregando, a gente fazendo a conta aqui, por exemplo, cacho de banana que cortou aqui, vai lá na feira quanto dá uma dúzia? Quanto dá o litro do açaí? Faz essa conta. Quanto foi o teu almoço? Se não tivesse aqui, não teria que desembolsar isso daí? Então isso é renda também.”

AÇAÍ

“Trabalhar com açaí dá mais lucro do que ser professor.”

Na chegada à comunidade do pernoite, na Resex Terra Grande Pracuúba, na Floresta do Marajó, já no fim da tarde de 26 de junho, na parte da reserva em São Sebastião da Boa Vista, um ex-presidente da associação-mãe da Resex, formado em História pela UFPA, contava, em sua casa – na outra extremidade do caminho de tábuas emendadas sobre palafitas, por cima do rio, então estreito, fechado, coberto em parte pelas copas das árvores –, por que havia largado o magistério. Ele lecionou durante 12 anos na escola de ensino fundamental da Resex, relativamente próxima à sua casa, mas decidiu abandonar o cargo e a carreira por conta do açaí. *“Sou formado em História, pela UFPA. A escola é bem aqui, só que depois eu abandonei meu cargo pela questão socioeconômica mesmo. Vi que trabalhar com açaí dá mais lucro do que ser professor. Faz dois anos que abandonei a escola e estou no açaí, e me dei bem, graças a Deus.”*

Como mostrou o estudo realizado pelo DIEESE e entregue ao MTE em outubro de 2024⁹, foi “relativamente rápido” o processo pelo qual o açaí passou “de um alimento tradicional na culinária indígena para uma produção em cadeia de valor global, com dinâmica comercial de *commodities* (ainda que estritamente não o seja), envolvendo diversos atores sociais (produtores, intermediários, atravessadores, indústria, cooperativas,

9. DIEESE. *Agricultura familiar na produção de açaí em Igarapé-miri: condições de vida e trabalho, produção, comercialização e cooperativismo*. Termo de Fomento DIEESE-MTE n. 2/2023, outubro de 2024.



O ouro negro da Amazônia pronto para ser transportado da comunidade da Resex Terra Grande Pracuúba para os atravessadores que revendem a mercadoria
Acervo: DIEESE

comércio local, exportadores, entre outros).” Tal mudança, impulsionada pela valorização do fruto, influenciou o trabalho em todas as etapas da cadeia produtiva, que, ainda segundo esse estudo, compreende quatro pontos principais: a produção agroextrativista do fruto, o escoamento e comercialização, o processamento e a comercialização do produto final, geralmente como polpa congelada ou vinho.

Na base dessa cadeia está o chamado peconheiro, o trabalhador que vive da coleta do fruto no alto das palmeiras do açazeiro. Para isso, é preciso usar a peconha, espécie de corda presa aos pés, feita de diferentes materiais (da folha de uma palmeira, ao saco de ráfia ou à corda), em uma difícil técnica de escalada do caule liso. A peconha aumenta a firmeza na subida, o resto é a própria força de braços e pernas, em um esticar e dobrar constantes, até chegar ao alto da palmeira, colher e descer, para subir de novo, descer outra vez, e assim até o fim da jornada. Por tudo isso é um trabalho predominantemente masculino. É rara a presença de uma mulher entre esses trabalhadores que, como equipamento de proteção, não têm nada.

No Marajó, a exigência física desse trabalho foi uma das razões para que proliferasse na região, sobretudo nos períodos de safra, o sistema da meia, típico da agricultura familiar em geral, no qual o trabalhador fica com metade do que colhe, e a outra metade pertence ao dono da terra. A carga horária, em geral, é menor que a média das demais atividades, não apenas por ser mais intensa, mas por ser regida pela difícil logística necessária para manter a qualidade do produto até a chegada às empresas compradoras. Na comunidade quilombola do Marajó, por exemplo, o barco passa coletando o açaí por volta das 11 horas. É nesse horário, normalmente, que termina a jornada. Na Resex Terra Grande Pracuúba, a carga horária é quase a mesma, geralmente das 7h ao meio-dia.

Nesse sistema da meia, os ganhos são individualizados e determinados pela habilidade e velocidade de cada trabalhador. Quem coleta mais, ganha mais, e pelos cálculos de peconheiros ou ex-peconheiros entrevistados, um trabalhador dos mais eficientes que apanhe açaí das 7h às 13h pode ganhar, por dia, R\$ 600,00. Outro valor de remuneração apontado, também relacionado aos mais eficientes, foi o de R\$ 2 mil por semana.

PESCA

“A categoria está envelhecendo e em extinção.”

Por questões naturais, ou não, como invasão e contaminação, a pesca na área acessada no Médio Tapajós é incipiente, voltada basicamente para a subsistência. Já no arquipélago do Marajó, mesmo com o avanço do açaí em todas as direções, a pesca ainda é a principal atividade econômica de municípios como Cachoeira do Arari, por exemplo. Aqui se fala da pesca artesanal, em seus dois tipos: a pesca de alto-mar, mais custosa, porém mais rentável; e a pesca de rios e lagoas, mais arriscada e destinada à população mais carente, que vive nos bolsões de pobreza. De todas as categorias abordadas nesse relatório, aquela que ocupa o mais baixo degrau da pirâmide social nas regiões acessadas está nesta pesca denominada de rios e lagos, porém, realizada sobretudo em áreas alagadas, rasas e cobertas pela mata, em igarapés muitas vezes represados pelas fazendas, sob o risco de choques ou ferroadas, para ganhar o equivalente a menos de um salário mínimo por mês.

Esses trabalhadores saem para iniciar a jornada por volta das 14h e retornam às 7h do dia seguinte. Saem em duplas ou trios, geralmente da mesma família, levam até duas horas para chegar ao local da pesca e cumprem essa jornada com descanso no meio, de uma ou duas horas, para voltar a pescar por volta das 23h até 1h ou 2h. Então descansam por cerca de duas horas, para puxar a rede lá pelas 4h. A pesca nas áreas alagadas obriga o pescador a sair do barco e andar na água, correndo o risco do choque do poraquê¹⁰ ou da ferroada da arraia.

O ganho mensal desse pescador artesanal de áreas alagadas gira em torno de R\$ 1.100,00, e sua produção não tem tamanho para competir pela clientela das feiras. É vendida nas ruas ou absorvida pelas “geleiras”, outro tipo de trabalho na pesca, de atravessador principalmente, mas também do pescador que passa de dois a três dias na água, pescando e armazenando tanto o peixe pescado quanto o comprado de outros barcos, para voltar o mais rápido possível assim que completa a capacidade da embarcação. Mais tempo na água leva o pescador artesanal de alto-mar. São 15 dias, aproximadamente, que ele passa embarcado. Os peixes são mais valorizados, mas a dureza do serviço, sob o sol e a chuva, tem afastado os jovens, tornando a categoria de pescador cada vez mais envelhecida, com a saúde comprometida, na maioria dos casos por doenças da pele ou dores na coluna, como relatou o secretário de Pesca e Aquicultura de Cachoeira do Arari, ex-pescador de alto-mar.

10. <https://educacao.uol.com.br/disciplinas/biologia/poraque-como-vive-o-peixe-eletrico-da-amazonia.htm>

Pescador do bairro do Choque leva seu equipamento após mais um dia de trabalho. Acervo: DIEESE



“A turma jovem, jamais eles querem sair para o alto-mar ou para o lago, ou rio, para pescar. Alguns o pai leva ainda, mas vontade, não é de ninguém querer ser pescador, porque ele não vê na família, no pai uma pessoa ainda jovem, 40, 50 anos, com uma feição totalmente envelhecida de tanto pegar sol, pegar chuva, problema de saúde pra tudo quanto é lugar, dói aqui porque o sol, a chuva, aquela coisa toda, isso vai prejudicando o lado da saúde da pessoa. Então, o jovem de hoje, ele não pretende querer ser o pescador de amanhã, e com isso a categoria está envelhecendo e em extinção.”

AQUICULTURA

“Vimos que o manejo do peixe era viável e garantia alimentação.”

Diante da falta de perspectivas apontada por ele próprio para o setor da pesca, o secretário de Pesca e Aquicultura de Cachoeira do Arari contou sobre o projeto que a Secretaria estava tocando, ainda que bem no início. *“Nós estamos mudando o foco. Não é deixar de trabalhar a pesca, mas trabalhando a piscicultura. Hoje a Secretaria de Pesca tem mais de 30 produtores trabalhando na área da piscicultura, nessa visão, olhando em larga escala. Já é uma necessidade.”*

Com a areia fina e branca das praias que atraem turistas, o rio Arapiuns, nos limites do município de Santarém, nunca teve abundância de peixe. Quem explicou o motivo foi uma das responsáveis pelo empreendimento de turismo de base comunitária na segunda comunidade acessada na Resex Tapajós-Arapiuns.

“Esse nosso rio, as praias são lindas, a água bem transparente, porém, ele não tem muito peixe. E agora, com as margens habitadas, ele tem

pouco peixe para a população. Aí a Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira, ligada ao Ministério da Agricultura e Pesca¹¹), que é assistência cacaueteira nacional, encomendou uma pesquisa: por que o Arapiuns não tem peixe? Saiu o resultado: porque o rio, do jeito que ele é, a praia aqui desse jeito é o leito dele lá pro fundo. Não tem plâncton, não tem lama, é areia mesmo. E aí não tem o que o peixe comer.” Incentivada por um projeto da própria Ceplac, ela ajudou a introduzir a piscicultura que hoje está inserida no projeto de turismo na sua comunidade. “A comunidade toda se envolveu, trabalhou o projeto, aí vimos que o manejo do peixe era viável e garantia alimentação.”

Apesar de iniciativas como essa, que de certa forma deram certo, a piscicultura nas áreas acessadas ainda está em um estágio embrionário, no qual quem se arrisca no ramo precisa ter outra fonte de remuneração garantida para investir no negócio.

PINTURA E ARTESANATO

“É tudo natural. As cores são as folhas, frutos e raízes que nós usamos.”

Passada a praia, de mergulho nada convidativo, pelo raso da água repleta de plantas e algas e pelo alto risco de ferroada de arraias, a comunidade do Baixo Arapiuns, que trabalhava o artesanato da palha do tucumã no Projeto de Assentamento Agroextrativista (PAE) Lago Grande, mostrou-se muito bem organizada, com as casas não só pintadas, mas com arte, estilo e paredes assinadas. Foi uma ação de um artista plástico, que reuniu outros artistas para passar um tempo pintando as casas, soube-se depois, na conversa embaixo do teto de palha do galpão vazado, sem paredes, principal ponto de produção das cestas, luminárias e demais produtos do grupo Tucumarte.

Ações como essa, desses artistas plásticos, são mais um fruto da inserção da comunidade na rede de turismo de base comunitária do Baixo Arapiuns, coordenada pela cooperativa Turiarte, com o apoio do Projeto Saúde e Alegria (PSA), uma instituição estabelecida e atuante na região do Oeste do Pará desde sua criação, em 1987¹². Inserção essa que mudou, de certa forma, o modo de vida local. As plantações, a caça e a pesca continuam como faziam os mais antigos, mas o artesanato passou a ser a principal fonte de renda da comunidade, disse a coordenadora local do projeto.

“Nós vivemos aqui do roçado, vivemos da pesca, mas a nossa fonte de renda é o artesanato. Nós, mulheres que fazemos parte desse movimento, tenho certeza que todas estão felizes, porque daqui elas tiram

11. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/ceplac>. Acesso em: 10 out. 2025.

12. O Projeto Saúde e Alegria (PSA) é uma iniciativa civil sem fins lucrativos, que começou voltada a projetos de saúde sanitários e hoje, como está descrito em seu site (<https://saude-ealegria.org.br/>), tem como objetivo “promover e apoiar processos participativos de desenvolvimento comunitário integrado e sustentável que contribuam de maneira demonstrativa no aprimoramento das políticas públicas, na qualidade de vida e no exercício da cidadania das populações atendidas.”

todo o sustento pra família, tiram vestido, tiram o calçado, o alimento, os compromissos. É tudo natural. As cores são as folhas, frutos e raízes que nós usamos, e faz essa diferença toda no trabalho do artesanato.”

O trabalho manual da pintura e do artesanato pode ser realizado em ritmo quase mecânico, produzido às dezenas para atender encomendas e regido por carga horária, como nessa comunidade do PAE Lago Grande, mas também pode ser diferente, na essência, com a jornada definida pela motivação ou inspiração do momento, como no trabalho individual do pintor e artesão de São Sebastião da Boa Vista, no Marajó. Na mesma cidade, as mulheres de outro coletivo de artesanato ainda precisavam conciliar a atividade com a pesca, que todas elas sempre praticaram e continuavam praticando, como disse a fundadora do grupo. “*Eu sou uma pescadora. Falo assim: quando eu depender só do artesanato, eu saio da pesca. E as meninas também, eu vejo essa dificuldade, que as mulheres são pescadoras, ainda fazem a pesca. A fibra é um complemento para ajudar. O artesanato, se tiver uma estrutura, recurso, uma loja, a gente já não vai precisar tá fazendo a pesca. Mas as meninas lá ainda estão nessa lida.*”



Acervo: DIEESE

TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

“O atrativo é a comunidade, a cultura, o modo de vida.”

Entre deitar na rede depois do tucunaré assado do almoço e adormecer, foi rápido. Um breve cochilo, revigorante e necessário, sob o teto de palha do chamado redário, mais perto da brisa do rio do que o galpão das refeições e reuniões, onde se deu a conversa em plenária, na manhã de 12 de setembro, na primeira comunidade da Resex Tapajós-Arapiuns acessada. Toda essa experiência, de pouco mais de três horas por lá, somada aos dois tipos de mel comprados no primeiro barracão avistado ao chegar da praia, um da abelha canudo-amarela e outro de uma espécie não identificada, depois provados e mais que aprovados, já foi informação suficiente para entender o potencial turístico da localidade. Com a beleza das praias, então, compreendia-se perfeitamente a opção da comunidade por investir maciçamente no turismo, que, na Turiarte, começou junto com o artesanato, como explicou a liderança do Povo Arapium, que acompanhou a equipe do DIEESE no Baixo Arapiuns. *“Vem junto, os dois, porque a gente teve essa conversa do turismo com artesanato, de agregar um ao outro. Hoje, a cooperativa tem esses dois produtos como o seu ponto forte, o turismo e o artesanato, os dois estão interligados.”*

Turismo de base comunitária é o termo que designa um trabalho turístico coletivo, inserido na rotina de toda uma comunidade. Em entrevista por vídeo, um coordenador do Projeto Saúde e Alegria, que atuou na criação dos projetos acessados, falou do termo mais utilizado e das diferenças entre esse turismo de base comunitária e o individual.

“O termo que vingou há alguns anos é do turismo de base comunitária, TBC, que está até nas políticas públicas e agora tem amadurecido no governo federal e interestadual. Eu não gosto muito dessa sigla, porque TBC me lembra tuberculose, mas hoje o que a gente defende é que tem muita experiência de turismo nas comunidades que são iniciativas individuais. O turismo de base comunitária é aquele que tem uma organização coletiva, benefícios coletivos para a comunidade. Tem funções individuais, tem a cozinheira que trabalha na pousada coletiva, tem o guia, mas o negócio do turismo como um todo é gerenciado pela comunidade. Quando o turista chega ele anda pela comunidade toda, vai no mato, no lago, vai na praia, eles interagem com a vida da comunidade como um todo. Não pode ser um benefício isolado pra uma pessoa. O atrativo é a comunidade, está explorando um recurso que é coletivo, a cultura, o modo de vida da comunidade. Uma comunidade onde cada um trabalha



Quiosques para recebimento de turistas na famosa Piracaiá, em praia no rio Arapiuns
Acervo: DIEESE

por si, não tem estratégia nem dinâmica de gestão coletiva, já não é turismo de base comunitária.”

O prazer de trabalhar chegou a ser citado entre as vantagens do trabalho no turismo de base comunitária, na primeira comunidade visitada na Resex Tapajós-Arapiuns. Prazer plenamente justificado pela lembrança dos trabalhos mais pesados de antes do turismo, bem mais desgastantes e menos rentáveis do que o trabalho coletivo do TBC, na comparação feita pelo presidente da associação de moradores local.

“Hoje a gente faz uma atividade aqui durante uma hora, ganhou 50, 100 reais. O trabalho braçal era o dia inteiro de trabalho duro, pesado, pra ganhar uma diária de 40 reais. Hoje tem muita gente aí com hérnia de disco, reumatismo, um monte de doença, tudo relacionado a esse trabalho forçado. (O turismo) É um trabalho mais leve, até mais prazeroso, mostrar pra quem vem de fora nossa cultura, a farinhada, o passeio.”

FESTAS, HISTÓRIA, COMIDAS E BEBIDAS

“Não dando valorização, outras pessoas podem pegar a cultura e levar embora.”

Em Cachoeira do Arari não há festividade mais importante do que a de São Sebastião, que costuma lotar a cidade de 10 a 20 de janeiro, dia do santo. Nos outros meses, todo dia 20 é dia de ladainha na Irmandade Devotos do Glorioso São Sebastião (IDGSS), e na tarde daquele 20 de junho, na sala da sede da entidade, diante da imagem do santo, ocorreria a última dessas rezas cantadas antes da preparação para a partida dos foliões para a peregrinação de seis meses pela zona rural do município, dali a 23 dias. *“Sai dia 13 de julho. Normalmente é dia 10, mas esse mês que vem agora vai ser dia 13”*, disse um dos foliões, de 31 anos, coordenador-geral do IDGSS e tocador de viola que começou a fazer as peregrinações com 17.

São cinco foliões que partem em peregrinação com a imagem de São Sebastião durante cerca de seis meses pela zona rural de Cachoeira do Arari. Cinco trabalhadores da cultura, do patrimônio imaterial brasileiro, que cumprem uma jornada bem específica, com viagem a cavalo e trabalho todo dia, recebendo mensalmente para isso, como ajuda de custo, sem qualquer proteção e só durante a peregrinação, um salário mínimo, tudo para manter uma tradição tricentenária.

Segundo estimativas, a festa de São Sebastião aumenta em 30 mil pessoas a população de Cachoeira do Arari em janeiro, gerando renda para trabalhadores como a cozinheira que vive de fazer o tradicional frito do vaqueiro, um dos produtos diretamente relacionados à festa. E na sala da Irmandade Devotos do Glorioso São Sebastião, diante da imagem do


13. A floresta amazônica se estende pelo Brasil, Bolívia, Peru, Colômbia, Equador, Guiana, Suriname, Venezuela e pela Guiana Francesa.

santo e prestes a tocar sua viola na última ladainha de dia 20, antes das preparações para a partida dos foliões peregrinos, ao falar das tradicionais camisas com grafismos marajoaras, o coordenador-geral da entidade usava o exemplo do padre museólogo, arqueólogo e fotógrafo italiano Giovanni Galo, idealizador do que viria a ser o Museu do Marajó, de Cachoeira do Arari, hoje referência em peças da civilização marajoara que datam, pelo menos, do ano 400 D.C., para ressaltar a necessidade de valorizar e preservar a própria cultura, como a melhor maneira de jamais perdê-la.

“O grafismo marajoara praticamente foi enraizado aqui dentro do município pelo padre Giovanni Galo. A gente tem que se espelhar um pouquinho nisso, que às vezes a gente não valoriza a nossa cultura, mas outras pessoas podem valorizar. A gente tem que tomar cuidado também, não deixar as pessoas levarem nossa cultura embora, que às vezes, não dando valorização, outras pessoas podem pegar a cultura e levar embora, e a gente sempre vai ficar sem nada.”

Quando a preservação da Amazônia, do Brasil, de mais oito países e de um território ultramarino francês¹³, vem sendo tratada em todo o mundo como uma das condições essenciais para a sobrevivência do planeta, um princípio colocado por vário(a)s entrevistado(a)s para este relatório, no Campo ou na Floresta do Marajó, no Baixo Arapiuns ou no Médio Tapajós, foi o de que, para proteger o meio ambiente é preciso, antes de tudo, dar condições justas de trabalho e vida à sua gente. No caso da Amazônia, a gente indígena, quilombola, ribeirinha e extrativista que vive e trabalha na região, na pesca artesanal, na agricultura familiar, no extrativismo ou mesmo em atividades das mais específicas, como os peregrinos da ladainha, trabalhadores da preservação da cultura, do patrimônio imaterial nacional.

“Crise climática, invasão e desmatamento se somam num mesmo ciclo de ameaça ao trabalho.”



“As vozes da floresta pedem políticas públicas, crédito, assistência técnica e reconhecimento.”

DEMANDAS TERRITORIAIS E RECOMENDAÇÕES PARA AS POLÍTICAS

A demanda mais citada, e considerada essencial para todas as outras, foi a regularização fundiária. Homologações de terras indígenas, titulações de territórios quilombolas e regularização definitiva de reservas e assentamentos constituem a demanda primeira das populações dos territórios, mas acompanhada de proteção. Não adianta demarcar ou homologar se a terra continuar a ser invadida. Demandas por assistência técnica, apoio financeiro e acesso a crédito também foram praticamente universais, presentes em quase todas as conversas. A partir dessas conversas, aliadas à revisão bibliográfica, foi possível sistematizar algumas sugestões, além das já citadas, para se pensar os rumos das políticas públicas, entre elas essas a seguir, destacadas aqui por terem partido dos próprios interlocutores, de quem nasceu, vive e trabalha nos territórios:

Respeito e valorização dos povos indígenas, comunidades locais e agriculturas familiares - culturas e conhecimentos tradicionais contribuem para o uso sustentável dos recursos biológicos. Esses conhecimentos devem ser norteadores da ciência e das inovações tecnológicas.

Desburocratização - Mais agilidade das entidades responsáveis pela proteção dos territórios, no que se refere a autorizações, regramentos etc., para permitir que os moradores dessas áreas tenham mais liberdade de usufruir de suas terras, trabalhar e gerar renda, muitas vezes seguindo o ritmo ditado pela natureza. Um exemplo do que pode melhorar foi observado na Resex Terra Grande Pracuúba, no Marajó, onde perde-se grande quantidade de madeira todo ano, tombada pelas cheias. Os moradores têm de pedir autorização ao ICMBio para serrar madeira em quantidade superior ao consumo próprio, mas, segundo um dos entrevistados, essa autorização nunca chega antes da cheia, só depois que as madeiras já caíram nos rios.

Serviços básicos - Saúde e educação como prioridades, com investimento em saneamento básico e a garantia de escolas nas comunidades. Essas foram demandas universais em relação aos dois campos pesquisa-

dos, vindas de todas as pessoas ouvidas para este relatório, de todos os territórios acessados.

Verticalização - Apoio para investimentos em maquinário e infraestrutura para agregar valor aos produtos. Essa também é uma demanda de diversos setores, como o do manejo madeireiro, para aumentar os ganhos em todas as fases da cadeia até a venda de móveis; ou da farinha, para incrementar a produção e também diversificar, fabricando biscoitos, por exemplo; ou o do açaí, para comercializar o fruto já beneficiado, na polpa.

Oportunidades econômicas mais atrativas - Criação de oportunidades econômicas que permitam fazer frente às atividades ilegais que destroem os ecossistemas e aumentam a violência, em especial, a grilagem e a exploração ilegal de madeira e ouro.

Infraestrutura sustentável de transportes, energia e telecomunicação - A região amazônica encontra-se ainda bastante desprovida de infraestruturas básicas. Deve-se prover uma compatível com a conservação dos ecossistemas terrestres e aquáticos da floresta, que respeite as territorialidades e atenda aos interesses e necessidades prioritários das economias substantivas dos indígenas, quilombolas e agricultores familiares.

Auxílios e benefícios - Manutenção e ampliação de programas sociais como o Bolsa Família, e de seguros como o defeso, da pesca, no sentido de garantir o mínimo para a sobrevivência onde as dificuldades são muitas e a geração de renda é difícil. Nesse ponto, seria interessante pensar regras que não gerem desequilíbrio associativo entre categorias, nem desestimulem contratações formais; e incentivar o Pagamento por Serviços Ambientais (PSA), como o Programa Bolsa Verde, desde que não restrinja as práticas e usos das populações que habitam as florestas.

Centralidade da mulher - Considerar, em todos os projetos e planos de bioeconomia, e em todos os aspectos da vida e do trabalho, o papel central desempenhado pelas mulheres. Reconhecer, portanto, a importância da voz, da participação e da influência das mulheres na família, na política, na cultura e em todos os setores da sociedade.

Reforma agrária na pecuária - Aquisição, pela União, de fazendas ociosas, para entregar aos pequenos pecuaristas os pastos hoje alugados por eles, e para evitar o desmatamento com o avanço do cultivo de grãos sobre campos naturais.

Escuta dos povos e comunidades - Consulta obrigatória, abrangente e transparente aos povos e comunidades antes de qualquer projeto ou plano de construção ou exploração nos territórios, sejam eles públicos ou privados. Respeito total e irrestrito à Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho, que em seu Artigo 6º afirma que os governos devem realizar uma consulta livre, prévia e informada, sempre que alguma obra, ação política, ou programa possa afetar os povos tradicionais, sejam essas obras, ações e programas públicos ou privados.

Prioridade das políticas públicas deve ser os trabalhadores - A emergência climática, seja com excesso de chuva ou sua falta, inundações ou secas, queimadas ou aumento da temperatura, atinge de forma direta muito mais os trabalhadores, pois aumenta o custo de vida. A cesta básica de produtos encarece e os trabalhadores passam a ter maior dificuldade em acessá-la.

“Uma bioeconomia justa nasce do diálogo entre trabalho, território e natureza.”

*“A Amazônia não é apenas cenário:
é sujeito do futuro que precisamos construir.”*



